



Governo do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO Nº: E-03/ 101.055/2004

INTERESSADO: ESCOLAS RIO

### PARECER CEE Nº 035/2009

Ratifica os termos da promoção da ASJU/SEEDUC acerca da “Flexibilização do conceito de Letividade, e dá outras providências.”

### HISTÓRICO

Encaminhado à homologação o Parecer CEE nº 043/2008, que “Responde consulta do Grupo Escolas Rio, relativa à Flexibilização do Conceito de Letividade e dá outras providências”. O processo que deu origem ao citado Parecer foi devolvido a este CEE, sem a homologação solicitada, tendo em vista a abalizada promoção da Assessoria Jurídica da SEEDUC, enfatizando os termos do art. 24, I da LDB, onde dispõe que a educação básica deverá observar a carga horária de oitocentas horas e duzentos dias de efetivo trabalho escolar, norma que não deixa nenhuma lacuna a ser preenchida, nem permite qualquer outra interpretação que já não fora expressamente disciplinada pelo legislador.

Desta forma, conclui a douta ASJU, o CEE-RJ, ao dispor que as atividades pedagógicas, realizadas sem a presença do aluno, poderão ser consideradas como efetivo trabalho escolar, visando à integralização dos duzentos dias letivos, **estará violando a norma legal.**

Recomenda, ainda, a ilustre procuradora que, considerando que os argumentos trazidos pelo Colegiado não encontram respaldo no dispositivo legal, o administrativo seja devolvido ao CEE para ciência e providências cabíveis.

### VOTO DA RELATORA

A ciência de que não há possibilidade de qualquer “flexibilização” do conceito de letividade está garantida pelo atual colegiado, e por esta relatora em particular, que reitera o entendimento de que está em plena vigência o disposto na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como as condições para haver “efetivo trabalho escolar”, computado como dia letivo estão expressas nos Pareceres CNE/CEB 05 e 12 de 1997. Portanto, não tendo sido homologado pela Senhora Secretária de Estado de Educação, o Parecer CEE nº 043/2008 não está em vigor, e não poderia ter sido divulgado.

Recomendamos às equipes de acompanhamento escolar de todas as Coordenadorias que alertem as unidades escolares para o fiel cumprimento da **norma legal.**

### CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Legislação e Normas acompanha o voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2009.

**Lourenço César Carline** – Presidente

**Maria Luíza Guimarães Marques** – Relatora

**José Luiz Rangel Sampaio Fernandes**

**Lincoln Tavares Silva** – *ad hoc*

**Luiz Henrique Mansur Barbosa**

**Rosemery Borges Pereira** – *ad hoc*

**Rosiana de Oliveira Leite** – *ad hoc*

**Paulo de Arruda D'Elboux**

### CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

Sala das Sessões, no Rio de Janeiro, em 07 de abril de 2009.

**Paulo Alcântara Gomes**  
Presidente

Homologado em ato de 14/05/2009

Publicado em 27/05/2009 Pág.11